



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

SUMÁRIO

Comissão Permanente da Assembleia Popular:

Lei n.º 4/78:

Institui o Serviço Militar Obrigatório, para todos os cidadãos de ambos os sexos.

Ministério das Finanças:

Despacho:

Esclarece dúvidas na interpretação do n.º 2 do artigo 1.º do Código do Imposto de Reconstrução Nacional, aprovado pela Lei n.º 2/78, de 16 de Fevereiro.

Ministério das Obras Públicas e Habitação:

Despacho:

Nomeia uma comissão administrativa para gerir a Empresa Sociedade de Ferragens e Vidros, Limitada, e indica os elementos que a constitui.

COMISSÃO PERMANENTE DA ASSEMBLEIA POPULAR

Lei n.º 4/78

de 23 de Março

A República Popular de Moçambique é fruto da luta vitoriosa do Povo Moçambicano, organizado e dirigido pela FRELIMO, contra o colonialismo e imperialismo. Operários e camponeses do nosso País pegaram em armas e sob a direcção da FRELIMO constituíram-se em Forças Populares de Libertação de Moçambique desencadeando e conduzindo o processo da Revolução Democrática e Nacional té à Proclamação da Independência.

A Independência de Moçambique, fruto de sacrifícios consentidos pelos seus heróicos filhos, trouxe a todos os moçambicanos a dignidade humana, a personalidade própria e o sentido de pertencer a uma Nação organizada em Estado Soberano. Este é património comum e orgulho de todos os moçambicanos. Precisamente porque é comum, a defesa desse património surge como dever sagrado e honra para todos os moçambicanos.

Com a Proclamação da Independência, as tarefas que cabem às F. P. L. M. alargaram-se e ganharam novas dimensões. É a defesa e consolidação da Independência. É a defesa da Revolução Democrática Popular rumo ao Socialismo. É a defesa da integridade territorial e Soberania da Nação. É ainda a defesa do carácter de rectaguarda segura das lutas de Libertação Nacional que a República Popular de Moçambique assumiu.

Deste modo, no plano político-militar, é nas F. P. L. M. que organizamos o esforço principal de todos os moçambicanos na defesa das conquistas da Revolução, na consolidação das bases materiais e ideológicas da Democracia Popular, no desenvolvimento da produção e na defesa da Pátria contra o imperialismo.

Nenhum moçambicano pode, pois, alhear-se do esforço da defesa do País.

É tendo em vista a necessidade de organizar de forma planificada e à escala nacional a correcta participação de todos os moçambicanos nas grandes tarefas da defesa do País que se institui o Serviço Militar Obrigatório.

A duração do Serviço Militar Obrigatório será condicionada pelas necessidades de defesa em cada fase do nosso processo.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no artigo 45.º da Constituição, a Comissão Permanente da Assembleia Popular decreta:

Lei do Serviço Militar Obrigatório

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º Com o fim de organizar a participação activa na defesa do País e da Revolução, honra, direito e dever mais alto de cada cidadão e cidadã da República Popular de Moçambique, é instituído o Serviço Militar Obrigatório, para todos os cidadãos de ambos os sexos, maiores de 18 anos, independentemente da sua raça, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, ou profissão.

Art. 2.º O Serviço Militar Obrigatório cumpre-se nos diversos ramos das Forças Populares de Libertação de Moçambique, do Serviço Nacional de Defesa e Reconstrução e nos órgãos de segurança, cabendo ao Ministério da Defesa Nacional determinar a afectação dos cidadãos incorporados.

Art. 3.º — 1. Os cidadãos no cumprimento do Serviço Militar Obrigatório classificam-se em militares no activo e reservistas.

2. Designam-se de reservistas os militares passados à disponibilidade até ao limite de 45 anos para os homens, e de 40 anos para as mulheres.

CAPÍTULO II

Recrutamento

Operações de recenseamento

Art. 4.º — 1. Para efeito do Serviço Militar Obrigatório o recenseamento efectua-se no ano em que se completam 17 anos de idade.

2. O recenseamento tem o seu início em 2 de Janeiro de cada ano e o seu termo a 2 de Março.

Art. 5.º — 1. O recenseamento processar-se-á por localidades, cidades, distritos, e províncias e compete às respectivas estruturas administrativas elaborar as listas dos cidadãos em idade militar.

2. O recenseamento efectua-se no local onde o cidadão reside há mais de um ano.

Art. 6.º — 1. A elaboração do mapa de recenseamento tem como base:

- a) As declarações dos cidadãos que se encontrem nas condições previstas no artigo 4.º, bem como as de seus pais ou representantes legais num e noutro caso prestadas no local próprio do recenseamento;
- b) Nas relações de nascimento para este efeito organizadas pelo Registo Civil.

2. Serão incluídos nos mapas de recenseamento os cidadãos cuja idade aparente seja a do recenseamento e não comprovem o contrário.

Art. 7.º Compete às representações consulares ou diplomáticas da República Popular de Moçambique proceder ao recenseamento dos moçambicanos nascidos ou residentes na respectiva área consular, devendo remeter os mapas ao Ministério da Defesa Nacional.

Inspeção de Saúde

Art. 8.º Todos os cidadãos inscritos nos mapas de recenseamento são sujeitos à inspeção das comissões de recrutamento que funcionarão nas épocas próprias nos centros de recrutamento, classificando e alistando os que forem dados como aptos para o Serviço Militar.

Art. 9.º — As Comissões de Recrutamento têm a composição seguinte:

- a) Responsável militar máximo da cidade ou distrito, ou seu delegado, que presidirá à comissão;
- b) Responsável máximo do Aparelho de Estado ou seu delegado ao nível da cidade ou distrito;
- c) Representante do Partido a nível da cidade ou distrito;
- d) Representante do Corpo de Polícia da cidade ou distrito;
- e) Médico, ou elemento qualificado dos Serviços de Saúde, quando não for possível a presença do médico.

2. Os membros da Comissão de Recrutamento não devem fazer parte da mesma comissão mais de dois anos seguidos. O Ministro da Defesa Nacional pode, excepcionalmente, autorizar que os membros das Comissões de Recrutamento se mantenham nas suas funções por períodos superiores.

Art. 10.º — 1. A comissão classifica os cidadãos sujeitos à inspeção com base na sua capacidade física em:

- a) Apurados para todo o serviço militar;
- b) Apurados para serviços auxiliares;
- c) Isentos de todo o serviço militar.

2. São considerados aptos para os serviços auxiliares os que pela sua constituição física e os que em razão de qualquer enfermidade percam parte da capacidade funcional e não possam cumprir todas as tarefas combativas.

3. Das decisões de uma comissão de recrutamento é admissível recurso para o comando militar do escalão superior.

Art. 11.º Os cidadãos apurados são alistados no próprio dia da inspeção sanitária, sendo incorporados em unidades e datas determinadas pelo Ministério da Defesa Nacional.

Art. 12.º Ao Ministério da Defesa Nacional compete:

- a) Fixar o número de cidadãos a serem incluídos em cada incorporação conforme as necessidades de defesa e a situação económica do País;
- b) Fixar as datas e os locais de apresentação dos cidadãos a incorporar e garantir que dessas datas e locais tomem os cidadãos conhecimento.

Art. 13.º Para efeitos do disposto no artigo anterior as instituições públicas ou privadas são obrigadas a dispensar os cidadãos abrangidos pela incorporação que se encontrem na sua dependência.

CAPÍTULO III

Adiamentos e isenções

Art. 14.º — 1. Beneficiam de adiamento de incorporação.

1. Os estudantes matriculados no ensino médio e superior sempre que façam prova de aproveitamento escolar nos dois anos anteriores ao do pedido de isenção.
- 2.º Aqueles cujo trabalho é essencial ao sustento do agregado familiar (pais, irmãos ou filhos menores);
- 3.º Aqueles a quem for concedido pelo Ministério da Defesa Nacional.

Art. 15.º São isentos do Serviço Militar Obrigatório os cidadãos com doença ou defeitos constantes da lista especial para esse efeito aprovada por portaria conjunta dos Ministros da Defesa Nacional e da Saúde.

CAPÍTULO IV

Da preparação pré-militar

Art. 16.º — 1. A preparação para a defesa da Pátria e da Revolução abrange todos os jovens em idade escolar até à idade de incorporação nas Forças Populares de Libertação de Moçambique, salvo nos casos em que as condições físicas o não permitam. Estes casos serão justificados por certificado médico da junta de saúde.

2. Para o efeito do número anterior o Ministério da Defesa Nacional elaborará programas de preparação pré-militar adaptados às circunstâncias para serem ministrados em todos os estabelecimentos de ensino e locais de trabalho, tendo em conta a necessidade de não provocar interrupções de trabalho.

3. Cabe aos Ministérios interessados estudar a melhor forma de aplicação dos programas militares a ministrar em articulação com os programas escolares ou de trabalho.

CAPÍTULO V

Dos reservistas e dos voluntários

Art. 17.º Os militares que tenham cumprido o Serviço Militar Obrigatório passam à reserva das unidades a que pertencem até ao limite de 45 anos de idade, para os homens e 40 anos para as mulheres.

Art. 18.º — 1. Para manter a prontidão combativa os reservistas podem ser chamados por ordem do Ministério da Defesa Nacional para cumprirem períodos de reciclagem.

2. Durante os períodos de reciclagem os reservistas conservam todos os seus direitos no posto de trabalho incluindo o salário por inteiro e sem prejuízo das férias.

3. Os reservistas devem registar-se no prazo de sessenta dias após a passagem à reserva no centro de recrutamento do local de residência.

Art. 19.º — 1. Os militares que tenham cumprido o Serviço Militar Obrigatório podem pedir a sua reincorporação, desde que tenham atingido, pelo menos, o posto de chefe de secção.

2. A reincorporação faz-se por períodos renováveis de três anos.

CAPÍTULO VI

Duração do Serviço Militar

Art. 20.º — 1. O período normal de cumprimento do Serviço Militar Obrigatório tem a duração de dois anos consecutivos, contados a partir da data da incorporação.

2. O Ministério da Defesa Nacional, em função das necessidades da defesa nacional, poderá suspender por um período máximo de um ano a passagem dos militares do serviço activo para a reserva.

Art. 21.º — 1. O tempo de prestação de serviço, em regime obrigatório é contado para efeitos de antiguidade, reforma, pensão por invalidez ou doença no posto de trabalho.

2. Ao incorporado é garantido o posto de trabalho. Quando, por causa da prestação de Serviço Militar Obrigatório, o incorporado tiver de abandonar casa arrendada, o Estado garante-lhe prioridade no arrendamento de casa para habitação própria no termo da prestação do Serviço.

CAPÍTULO VII

Direitos e deveres

Art. 22.º Aos militares em cumprimento do Serviço Militar Obrigatório são reconhecidos, designadamente, os direitos seguintes:

- 1.º Vencimentos, subsídios, reformas e outras pensões estipuladas por lei ou regulamentos;
- 2.º Transporte gratuito de e para locais de cumprimento das obrigações militares;
- 3.º Pensão por invalidez sofrida no cumprimento das obrigações militares;
- 4.º Pensão à família em caso de morte no cumprimento das obrigações militares;
- 5.º Abastecimento em viveres, nos termos determinados pelo Ministério da Defesa Nacional.

Art. 23.º Para além de outros deveres que forem estabelecidos em regulamento, os cidadãos no cumprimento do Serviço Militar Obrigatório devem guardar estritamente os segredos militares.

CAPÍTULO VIII

- Dos documentos militares

Art. 24.º — 1. A partir dos 18 anos de idade todos os cidadãos devem possuir um cartão de recenseamento militar a ser passado pelo posto de recenseamento no lugar do domicílio.

2. A partir dos 18 anos de idade todos os cidadãos devem possuir uma caderneta militar de onde conste o estado do cumprimento das respectivas obrigações militares. O Ministro da Defesa Nacional fixará, por decisão a publicar no *Boletim da República*, a altura a partir da qual será exigível o cumprimento do disposto neste número.

3. Qualquer indivíduo maior de 17 anos que deseje apresentar-se para o estrangeiro deve possuir autorização expressa do Ministério da Defesa Nacional, enquanto não tiver cumprido os seus deveres militares. Esta medida, contudo, só entrará em vigor, por decisão do Conselho de Ministros, sob proposta do Ministério da Defesa Nacional, quando estiverem criadas condições para a emissão das referidas autorizações.

Art. 25.º É obrigatório a apresentação do cartão de recenseamento ou a caderneta militar quando exigida pelas autoridades competentes.

CAPÍTULO IX

Disposições penais

Art. 26.º A violação do disposto nos artigos 24.º e 25.º será punida com multa de 1 000\$ a 10 000\$, graduada de acordo com a gravidade e as circunstâncias das infracções praticadas.

Art. 27.º A violação do disposto no n.º 3 do artigo 18.º será punida com a pena de 500\$ por cada período de trinta dias de atraso no registo.

Art. 28.º As falsas declarações acerca das habilitações literárias ou de aptidões profissionais, prestadas pelos cidadãos presentes à Comissão de Recrutamento serão punidas com a pena de prisão até seis meses.

Art. 29.º — 1. O não cumprimento da obrigação de recenseamento, a falta de comparência às inspecções de saúde ou, aos postos de incorporação nos prazos regulamentares serão punidos, em tempo de paz, com a pena de prisão até dois anos, exceptuados os casos seguintes:

- a) Doença devidamente comprovada através de certificado médico;
- b) Motivo de força maior devidamente certificado pelas estruturas administrativas ou políticas do local de proveniência;
- c) Outras justificações que serão apreciadas pelas Comissões de Recrutamento, ou pelas autoridades militares a quem for deferida tal competência pelo Ministro da Defesa Nacional.

2. Os crimes referidos no número anterior, quando cometidos em tempo de guerra, serão punidos nos termos que vierem a ser fixados em legislação especial.

Art. 30.º — 1. Serão punidos com a pena de dois a oito anos de prisão maior e suspensão de direitos políticos de dez a vinte anos os seguintes crimes:

- a) As falsificações ou outras fraudes de que resulte a omissão da inscrição de qualquer cidadão no recenseamento;
- b) Os cidadãos que se incapacitarem para o serviço militar, temporária ou permanentemente, com o fim de se subtraírem às obrigações impostas pela presente lei;
- c) Os membros das Comissões de Recrutamento que aceitarem dévidas por motivo de isenção do serviço militar, ou usarem outros meios ilícitos para conseguir a isenção;
- d) Os médicos ou outro pessoal de saúde que falsamente certificarem doenças nos cidadãos presentes às Comissões de Recrutamento;
- e) Os indivíduos que protegerem ou prestarem auxílio a desertores e refratários ao serviço militar, ou instigarem quaisquer cidadãos a desobedecerem às ordens e leis militares;
- f) Os indivíduos que lançarem campanhas caluniosas contra as F. P. L. M.

2. Os crimes referidos no número anterior, quando cometidos em tempo de guerra, serão punidos nos termos que vierem a ser definidos em legislação especial.

Art. 31.º Os crimes referidos nos artigos anteriores, quando cometidos por militares ou por funcionários do Estado implicarão, além das penas fixadas, a expulsão dos quadros a que pertencem.

CAPÍTULO X

Disposições finais e transitórias

Art. 32.º Os Tribunais Militares serão competentes para o julgamento dos crimes a que se referem os artigos anteriores, quando cometidos por militares, ou por cidadãos que, através da prática desses crimes, pretendem eximir-se ao cumprimento das obrigações militares estabelecidas na presente lei.

Art. 33.º O Conselho Nacional de Segurança submeterá à aprovação da Assembleia Popular os projectos do Código Penal Militar, Lei de Disciplina Militar e outra legislação especial.

Art. 34.º O Ministério da Defesa Nacional poderá passar à disponibilidade os militares que, na altura da entrada em vigor da presente lei, tenham prestado dois anos de serviço militar, considerando cumprido, para todos os efeitos legais, o Serviço Militar Obrigatório.

Art. 35.º — 1. O recenseamento relativo ao ano de 1978 decorrerá entre 1 de Maio e 31 de Julho.

2. No recenseamento a que se refer o número anterior serão incluídos:

- a) Os cidadãos que em 1978 completem 17 anos de idade;
- b) Os cidadãos que no ano de 1977 tenham completado de 17 a 21 anos de idade, e que ainda não hajam sido incorporados nas F. P. L. M.

Art. 36.º Até 1982 o Ministério da Defesa Nacional poderá incluir nos mapas de recenseamento qualquer cidadão de idade compreendida entre os 17 e os 30 anos que ainda não tenha sido incorporado nas F. P. L. M. Esta inclusão deverá obedecer às necessidades da defesa nacional e será efectuada de acordo com critérios a definir pelo Ministério da Defesa Nacional.

Art. 37.º São aprovados as fórmulas de juramento anexas à presente lei, e que dela fazem parte integrante.

Aprovada pela Comissão Permanente da Assembleia Popular.

Publique-se.

O Presidente da República, SAMORA MOISÉS MACHEL.

FÓRMULAS DE JURAMENTO

1. Os cidadãos incorporados no Serviço Militar prestam juramento, que os vincula quer no serviço activo quer após a passagem à reserva nos termos da fórmula seguinte:

Juramento de bandeira

Eu ...

Juro pela minha honra consagrar todas as minhas energias e a minha vida à defesa da soberania nacional e às conquistas da Revolução.

Juro obedecer fielmente ao Presidente da FRELIMO, Comandante-em-Chefe das Forças Populares de Libertação de Moçambique.

..... aos

Assinatura:

2. Os militares que no cumprimento do Serviço Militar Obrigatório forem designados como quadros superiores, médico e subalternos prestarão na tomada de posse o juramento nos termos da fórmula seguinte:

Eu ...

Juro pela minha honra de combatente das Forças Populares de Libertação de Moçambique, consagrar todas as minhas energias e a minha vida no cumprimento da missão que me é confiada.

Juro defender a soberania nacional e às conquistas da Revolução.

Juro obedecer ao Presidente da FRELIMO, Comandante-em-Chefe das Forças Populares de Libertação de Moçambique.

..... aos

Assinatura:

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Despacho

Tendo suscitado dúvidas a interpretação do n.º 2 do artigo 1.º do Código do Imposto de Reconstrução Nacional, aprovado pela Lei n.º 2/78, de 16 de Fevereiro, esclareço:

1 A aplicação da limitação dos dezoito a sessenta anos e o tempo de residência no País, referida naquele número, circunscreve-se *somente* aos contribuintes sujeitos à incidência na Secção «C» do Imposto de Reconstrução Nacional.

2 Todos os indivíduos com rendimento do trabalho, independentemente da sua idade e do tempo de residência em Moçambique, estão sujeitos ao Imposto de Reconstrução Nacional — Secção «A», nos termos do referido código.

Ministério das Finanças, em Maputo, 15 de Março de 1978. — O Ministro das Finanças, *Salomão Munguambe*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

Despacho

A Empresa Sociedade de Ferragens e Vidros, Limitada, encontra-se nas situações previstas nas alíneas d) e g) do n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 16/75, de 13 de Fevereiro.

Constatada esta situação, impõe-se colocá-la sob estreito controlo do Estado, por forma a assegurar a normal gestão da empresa.

Havendo necessidade de assegurar o correcto funcionamento da referida empresa, no uso da competência que me é atribuída pelo Decreto-Lei n.º 17/76, de 18 de Maio, nomeio para o efeito uma comissão administrativa composta pelos seguintes elementos:

Rui Manuel Gonçalves Fernandes.
Daniel Jorge Tembe.

É suspensa a gerência anterior.

Ministério das Obras Públicas e Habitação, em Maputo, 3 de Março de 1978. — O Ministro das Obras Públicas e Habitação, *Júlio Eduardo Zamith Carrilho*.